**PEDIDO DE PENSÃO – COMPANHEIRO(A)**

**Dados do(a) servidor(a) falecido(a):**

|  |  |
| --- | --- |
| Nome Completo: | Sexo: ( ) F ( ) M |
| Órgão de lotação: | CPF: |
| O servidor era aposentado junto ao ISSBLU? ( ) SIM ( ) NÃO |

**Documentação do(a) servidor(a):**

|  |
| --- |
| **( ) Certidão de Óbito;****( ) Certidão de Casamento/Nascimento do(a) falecido(a) atualizada;****( ) RG e CPF;****( ) Comprovante de residência atualizado;** |

**Dados do(a) beneficiário(a):**

|  |  |
| --- | --- |
| Nome Completo: | Sexo: ( ) F ( ) M |
| Data de Nasc.: | RG/Órgão: |
| CPF: | PIS/PASEP: |
| Endereço: |
| Nº: | Complemento: | CEP: |
| Bairro: | Município: | UF: |
| Telefone: ( ) | Celular: ( ) | Recado: ( ) |
| E-mail (*obrigatório):* |

|  |
| --- |
| 1. Desde quando vivia em união estável com o(a) ex-servidor(a)? \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_
 |
| 1. É inválido(a) ou possui deficiência intelectual, mental ou grave?

Se **SIM,** apresentar documentos médicos para análise. | ( ) SIM ( ) NÃO |
| 1. Estava separado(a) do(a) servidor(a) na data do óbito?

Em caso **afirmativo,** informar desde que data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ | ( ) SIM ( ) NÃO |

**Dados do(a) Representante Legal (se houver):**

|  |
| --- |
| Nome Completo: |
| RG/Órgão: | CPF: |
| Endereço: |
| Nº: | Complemento: | CEP: |
| Bairro: | Município: | UF: |
| Telefone: ( ) | Celular: ( ) | Recado: ( ) |
| E-mail (*obrigatório):* |
| **ANEXAR: RG, CPF, TERMO DE TUTELA/CURATELA/PROCURAÇÃO** |

**Documentação do(a) requerente/beneficiário(a) – Obrigatória:**

|  |
| --- |
| **( ) Certidão de Casamento/Nascimento do(a) requerente atualizada;****( ) RG e CPF;****( ) Comprovante de residência atualizado do(a) requerente;****( ) Caso a resposta seja “SIM” nos itens 2 e 3, apresentar documentos;****( ) Declaração de acumulação – pensão por morte (modelo disponível no site do ISSBLU)****( ) CNIS-Cadastro Nacional de Informações Sociais expedido pelo INSS** |

**Documentação para comprovação da união estável (apresentar pelo menos 03 documentos):**

*Obs.: Se a união estável/convivência marital for superior a 2 anos, este período deverá ser comprovado.*

|  |
| --- |
| **( ) escritura pública declaratória de união estável, feita perante tabelião;( ) cópia do imposto de renda acompanhada de recibo de entrega à Receita Federal do Brasil, em que conste o(a) companheiro(a) como dependente;( ) disposições testamentárias em favor do(a) companheiro(a);( ) certidão de nascimento de filho em comum, ou adotado em comum;( ) certidão/declaração de casamento religioso;( ) comprovação de residência em comum;( ) comprovação de financiamento de imóvel em conjunto;( ) comprovação de conta bancária conjunta;( ) apólice de seguro em que conste o(a) companheiro(a) como beneficiário(a);( ) procuração ou fiança reciprocamente outorgada;( ) encargos domésticos evidentes;( ) registro de associação de qualquer natureza em que conste o (a) companheiro (a) como dependente;( ) qualquer outro elemento que, a critério da Administração, se revele hábil para firmar convicção quanto à existência de união de fato e sua estabilidade.** |

**Termo de ciência:**

|  |
| --- |
| Declaro ter conhecimento sobre a inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam no cancelamento do benefício pelo ISSBLU, além das medidas judiciais cabíveis, conforme previsto no artigo 299 do Código Penal[[1]](#footnote-1). **DECLARO ESTAR CIENTE QUE AS INFORMAÇÕES E SOLICITAÇÕES SOBRE ESTE PROCESSO PODERÃO SER ENCAMINHADAS PARA O E-MAIL ACIMA INFORMADO.**  |

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.**

**(Local e data)**

**Assinatura do Requerente ou Representante devidamente constituído**

**(Obs. Assinar/Rubricar todas as páginas)**

1. Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. [↑](#footnote-ref-1)